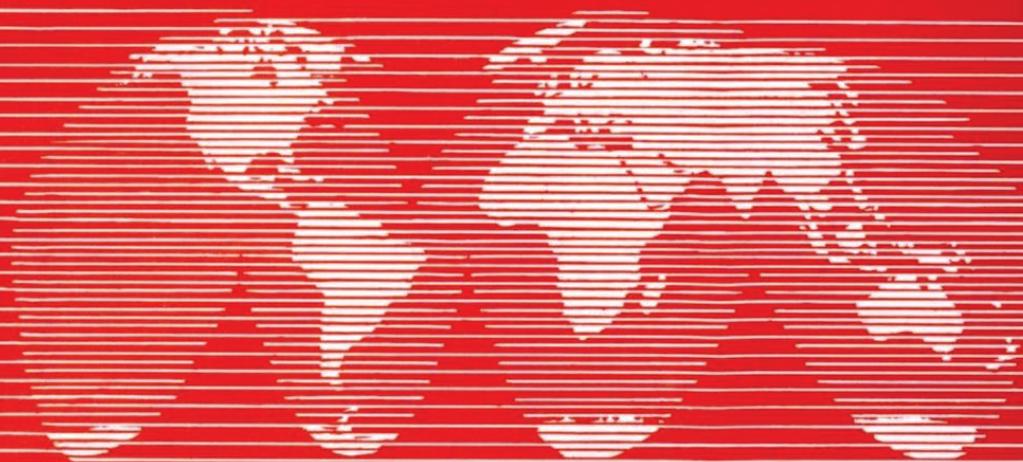


INSTITUTO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS
FACULDADE DE LETRAS — UNIVERSIDADE DE COIMBRA



Cadernos de Geografia

TURISMO, INVESTIMENTO E IMPACTO AMBIENTAL *

FERNANDA DELGADO CRAVIDÃO **
LÚCIO CUNHA **

RESUMO

Se por um lado a prática do turismo se prende, regra geral, com um ambiente de qualidade, por outro, a actividade turística e, sobretudo, a falta de ordenamento e de uma gestão racional dos espaços, leva, frequentemente, à degradação das condições ambientais, que pode atingir níveis que inclusivamente venham a pôr em causa a sua permanência. Há no entanto a ter em atenção que, por vezes, são as próprias necessidades do turismo, em termos ambientais, que levam a políticas de conservação da natureza e da qualidade do ambiente, que mais não visam que a manutenção ou mesmo a criação, ainda que artificial, das condições propícias à prática de uma actividade de grande rendibilidade económica.

Pretende-se, com esta nota, mostrar, por um lado, como o turismo passou de um fenómeno restrito a alguns grupos sociais a um fenómeno massificado e, além disso, mostrar como a sua prática pode, frequentemente, gerar graves rupturas ambientais. A não serem acauteladas medidas que permitam um certo equilíbrio entre a qualidade do ambiente e a prática turística, num mundo cada vez mais aberto, mais pequeno e em que a população, devido ao aumento generalizado dos padrões culturais, se torna cada vez mais exigente, verificar-se-á, pelo menos nas regiões em que as situações de degradação ambiental se tornem mais graves, aquilo que é conhecido pelo fenómeno de «destruição do turismo».

RÉSUMÉ

Le phénomène touristique est peut-être l'une des expressions les plus achevées de la société de consommation. Considéré pendant longtemps comme un phénomène marginal, il a assumé progressivement une dimension inattendue qui se reflète dans différents domaines. Induites en grande partie par la société indus-

* Comunicação apresentada nas II Jornadas de Geografia Humana (Coimbra, 22 a 24 de Janeiro de 1991).

** Instituto de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.

trielle, ses incidences sur l'espace ont suscité de nouvelles réflexions qui depuis le milieu du XX^e S, se sont non seulement multipliées mais ont aussi apporté de nouvelles perspectives en fonction des modifications apportées à l'espace.

C'est principalement à partir des années cinquante qu'une nouvelle dynamique anime l'intense mouvement de recherche de nouveaux espaces de loisirs, hors de leur localisation habituelle. Le Sud de l'Europe se convertit rapidement en un espace de loisirs pour les populations des régions industrialisées tandis que l'espace cesse, en de nombreux endroits, d'être un facteur de production pour devenir un objet de consommation.

Cependant, si le tourisme se pratique en règle générale dans un environnement de qualité, il se produit souvent que cette pratique, et surtout l'absence d'un ordre rationnel dans la gestion de l'espace, conduise à la dégradation des conditions écologiques à un degré tel que le tourisme lui-même en arrive à être compromis. Il faut dès lors prendre en considération que ce sont parfois les besoins du tourisme lui-même qui entraînent des politiques de protection de la nature et de la qualité de l'environnement, qui ne visent rien d'autre que le maintien ou même la création artificielle de conditions propices à l'exercice d'activités hautement rentables.

Par cette communication, nous désirons montrer comment le tourisme est passé du rang de phénomène limité à certains groupes sociaux, à celui de phénomène de masse, et comment sa pratique peut fréquemment entraîner de graves accidents écologiques. Suite à quoi, à moins que ne soient prises de prudentes mesures d'équilibre entre la qualité de l'environnement et la pratique du tourisme, dans un monde de plus en plus ouvert, théâtre d'un rapprochement de plus en plus étroit des individus dû à l'augmentation des exigences culturelles, on pourra assister au phénomène connu comme la «destruction du tourisme par le tourisme», tout au moins là où les cas de dégradation de l'environnement sont les plus aigus.

SUMMARY

The tourist phenomenon is perhaps one of the most complete expressions of the consumer society. Considered for a long time as a peripheral phenomenon, it has progressively taken on an unforeseen dimension, reflected in various domains. The industrial society has been largely responsible for spatial encroachment, giving rise to new considerations and, from the mid-20th century, studies have not only increased but they have, above all, acquired novel perspectives in function with the profound modifications introduced into the spaces.

It is mainly from the 1950s that a new dynamic has overseen the large movements of people seeking new places to enjoy their leisure, away from home. Southern Europe has rapidly turned into the place where people from industrialized Europe go to spend their leisure time, and space has, in many regions, become a consumer object of a factor of production.

But if, on the one hand, tourism goes together with environmental quality, then, on the other, if it is badly organized and lacks rational spatial management, it can often lead to degradation of the environment which may reach levels where continuation of tourism is put at risk. It must be borne in mind, however, that sometimes the requirements of tourism themselves, in environmental terms, result

in the implementation of policies of nature conservation and protection of the environment which have no object in view other than the maintenance — or even creation, albeit artificial — of conditions favourable to the practice of a highly profitable economic activity.

This paper attempts to show how tourism has changed from being a phenomenon restricted to certain social groups to being a phenomenon of the masses and, further, how its practice can often cause serious environmental disruption. Thus, in the absence of precautionary measures that establish a certain balance between environmental quality and tourism, in a world that is opening up all the time, as well as getting smaller, and one where we are learning more about cultural patterns and so becoming more demanding, what will happen, at least in those regions where environmental damage is getting worse, will be the phenomenon of «destruction of tourism by tourism».

1 — INTRODUÇÃO

O turismo, fenómeno essencialmente geográfico, corresponde talvez a uma das expressões mais acabadas da sociedade de consumo. Considerado durante largo tempo como fenómeno marginal assume, progressivamente, uma dimensão não prevista e que se reflecte nos mais diversos domínios. O fenómeno turístico, não sendo um facto novo, é em grande parte induzido pela sociedade industrial e as suas incidências espaciais geram novas reflexões, sendo a partir de meados do século XX que os estudos não só aumentam como, sobretudo, adquirem perspectivas inovadoras na interpretação das profundas modificações que este fenómeno introduz no espaço.

É, principalmente, a partir dos anos 50 que uma nova dinâmica preside aos intensos fluxos das populações que procuram, fora da sua residência habitual, novos espaços de lazer. O Sul da Europa converte-se, rapidamente, no espaço de ócio das populações oriundas da Europa industrializada. A convergência de circunstâncias várias, entre as quais se salientam as condições ambientais naturais (o clima, o relevo do litoral, o mar), a paisagem, a existência de um valioso património histórico e cultural e a proximidade da Europa rica, transformam aquele espaço num território particularmente atractivo. A imagem turística tradicional dilui-se e dá lugar a novos espaços onde a publicidade comanda os instrumentos e as estratégias económicas ligadas ao sector do turismo. Nesta dinâmica o espaço deixa de ser um factor de produção e transforma-se num objecto de consumo.

Em 1950, e à escala do planeta, o movimento turístico deslocava cerca de 25 286 000 indivíduos enquanto em 1970 aquele valor sobe para 168 000 000, correspondendo, por isso, a um acréscimo próximo de 660%. No final da década de 80 o total de viagens realizadas, por razões turísticas,

rondou 1,5 mil milhões. À escala europeia, os dados mais recentes referem que cerca de 200 milhões de europeus (quase metade da população da CEE) passa férias fora da sua residência habitual, o que pode de alguma maneira indicar a importância que o fenómeno assume neste espaço europeu.

Entre 1970 e 1980 as receitas provenientes do turismo internacional aumentaram a uma taxa anual de 18,2%, valor próximo do relativo ao crescimento das exportações mundiais. Estudos recentes apontam para que no ano 2 000 as receitas turísticas mundiais rondem 400 mil milhões de dólares, o que significa 10% das transacções económicas mundiais.

Perante a importância crescente deste «novo» fenómeno algumas interrogações se colocam:

- O que faz movimentar estes milhões de turistas?
- Que razões levam os indivíduos à busca de espaços de lazer?
- Que fenómenos presidem à escolha de determinados espaços e à recusa de outros?

1 — Como afirma Jean-Marie MIOSSEC (1977) «o espaço turístico é antes de tudo uma imagem». Imagem complexa, sonhada, adormecida, algumas vezes realizada e que reflecte livros, filmes, pinturas, roteiros, odores, sons, sensações, enfim as experiências e o imaginário de cada indivíduo. Imagens diferentes que se sobrepõem ou não, mas que têm um papel fundamental na escolha deste ou daquele lugar.

Para alguns autores (MIOSSEC, 1977 e RAFESTIN, 1986) essa imagem decompõe-se em três. A mais profunda, *global*, relacionada com imperativos de natureza biológica e territorial e que encerra, provavelmente, o passado longínquo de nomadismo, de liberdade, do domínio dos espaços é, também, uma imagem onde o imaginário se confunde com o mítico e prende-se, na sua essência, com os espaços naturais, com as paisagens abertas, com as relações harmónicas Homem/Meio.

A imagem *tradicional* fixa-se, lentamente, durante séculos. Cada sociedade, tal como cada grupo social, valoriza o seu território e transmite-o de geração em geração. Peter GOULD (1966) mostrou que a percepção do espaço americano tem como referencial o Oeste, fronteira aberta sobre o infinito, sobre o futuro e que é, também, uma imagem mítica. Esta imagem *tradicional* depende da distância mas é, essencialmente, função da cultura. Provavelmente para um europeu, ou um americano, os espaços turísticos do chamado «terceiro mundo» são ainda caracterizados pelas grandes áreas verdes onde a poluição está ausente e o trânsito não existe. A África, no seu conjunto, faz parte do imaginário dos países colonizadores, e constitui ainda, para alguns, uma imagem consideravelmente diferente daquela que corresponde à actual realidade africana.

A nova imagem turística, a imagem *actual*, é autorregulada, controlada, e é-nos transmitida no sentido de não sermos nós a ter oportunidade de escolha. A importância cada vez maior da publicidade introduz, ainda que de uma forma inconsciente, não só novos conceitos de lazer, como nos coloca perante «opções» de consumo de espaços turísticos. Desenvolve-se, assim, uma dialéctica constante em torno de um triângulo: o turista, o espaço turístico e o agente turístico, em que este tem vindo a assumir um papel cada vez maior. Isto é, este projecta as viagens, converte-as em imagens e difunde-as. As respostas, por parte da população, dependem de circunstâncias várias, muitas das quais se inserem nas diferentes e diversas razões que ajudam a perceber a evolução e dinâmica do fenómeno turístico.

2 — A EVOLUÇÃO DO FENÓMENO TURÍSTICO

A origem do vocábulo *turismo* parece relacionar-se com a expressão inglesa «the tour» que terá em França como equivalente «le tour», e que designava, no final do século XVIII ou já no início do século XIX, a viagem de ida e de volta que os jovens aristocratas britânicos realizavam à França, à Itália ou à Grécia com o intuito de completar a sua educação. Porém, é um facto que as deslocamentos de «carácter turístico» remontam a civilizações bem mais antigas.

Os exemplos que nos chegaram de viagens realizadas com intuídos de lazer e com mudança temporária de residência habitual, mostram que, quer alguns Gregos, quer alguns Romanos, procuravam já, durante uma parte do ano, a fuga ao quotidiano das principais cidades de então.

Nos séculos XVII e XVIII cidades como Roma, Avignon, Sevilha ou Insbruck, constituem os principais centros que a burguesia, os artistas e os intelectuais de então procuram, embora ainda com preocupações essencialmente educativas. Só mais tarde a *viagem* começa a adquirir uma função lúdica. O movimento romântico, que entretanto começa a desenhar-se, produz, também, nos turistas de então, novas necessidades. Em meados do século XVIII há como que um «reencontro» com as actividades turísticas condicionadas pela natureza (cfr. BESANCENOT, 1990, p. 4). Chamonix, em França, e Bad Gastein, na Áustria, entram numa importante fase de desenvolvimento associada ao termalismo e aos desportos de inverno.

A partir dos finais de século XVIII e início do século XIX novos espaços são procurados pela clientela que, até então, tinha nas termas, nos grandes centros culturais da época, ou na montanha, os espaços turísticos privilegiados. O litoral mediterrâneo começa a ser procurado, não nos meses mais quentes como mais tarde sucederá, mas na época do ano em que a temperatura é mais

amena. A Riviera Franco-Italiana transforma-se no espaço turístico mais procurado por uma burguesia e aristocracia «invernal». Com o calor dos meses de Julho e Agosto, esta população procurava em Chamonix, Saint-Moritz ou em algumas praias do Atlântico, da Mancha ou do Mar do Norte, temperaturas mais amenas.

A mudança, que no final do século passado se opera relativamente aos banhos de mar vai ser decisiva para que o litoral passe a ser o principal ponto de chegada dos fluxos turísticos. Os efeitos terapêuticos das águas salgadas são largamente difundidos e as vantagens de um clima homotérmico vão-se progressivamente perdendo em favor do desfrutar pleno da «estação quente». As costas da Florida, da Califórnia, de Cuba ou do México começam a ser procuradas pelos norte-americanos desde os finais do século XIX.

Na Europa o processo é mais lento embora dê os primeiros passos ainda no início de século XX. É a partir do final da 1.^a Guerra Mundial que a procura de espaços litorais começa a crescer a um ritmo que não parará de aumentar¹.

As mudanças que se operam na Europa a partir da 2.^a Guerra Mundial vão comandar todo o processo que ainda caracteriza o fenómeno turístico. O turismo moderno decorre do desenvolvimento da sociedade industrial e urbanizada. A actividade turística apropria-se do espaço e converte-o em objecto de consumo, modifica as prioridades relativamente ao uso do solo e dos recursos naturais, com fortes consequências ambientais. Servindo de orientadora aos mais diversos sub-sectores da actividade económica, leva a uma massiva terciarização das populações. Além disso, o seu efeito multiplicador pode funcionar como importante acelerador do desenvolvimento, embora como fenómeno largamente dependente de conjunturas económicas e políticas, possa permitir que situações de crise se expandam mais rapidamente a outros sectores produtivos.

Em menos de um quarto de século grandes espaços viram as suas funções agrícola e piscatória substituídas pelas funções turística ou recreativa. Isto é, o fenómeno turístico provocou em numerosas áreas, rápidas mudanças morfológicas e estruturais que podem gerar rupturas ambientais irreversíveis e que

¹ Sinónimo das modificações que se estavam a verificar, quer em relação aos fluxos turísticos, quer relativamente ao impacto espacial que começam a gerar, parece ser a publicação, em 1902, por A. BROUGIER do estudo *L'importance du Tourisme en Bavière* (cfr. K. RUPERT, 1978, p. 189). De resto a noção de Geografia do Turismo é introduzida três anos mais tarde (1905) por J. STRADNER e em 1939 o trabalho de POSER marca, em termos de análise do fenómeno turístico, uma nova etapa. Aquele autor reflecte, quer a propósito «da função essencial que a paisagem adquire no seio da geografia do turismo», quer também em relação ao impacto que este fenómeno gera no espaço.

em relação ao espaço turístico desenvolvido podem funcionar como aceleradores de graves crises económicas e sociais.

As grandes transformações que, após a 2.^a Grande Guerra Mundial, se operam no fenómeno turístico geram algumas questões no sentido de se tentar explicar e compreender essas modificações.

— Que razões presidem as essas mudanças?

— Que explicações permitem explicar a passagem de um fenómeno altamente selectivo a um fenómeno de massas?

— Qual o(s) impacto(s) que essas mudanças podem provocar no espaço?

O crescimento económico operado, a partir dos anos 50, em alguns países, é o grande indutor das alterações que o fenómeno turístico assume. O acréscimo verificado nas sociedades industriais em relação ao PIB, vai permitir que cada vez mais um maior quantitativo de população tenha acessibilidade ao lazer.

A separação, cada vez maior, entre tempo de trabalho e tempo livre e simultaneamente a institucionalização das férias pagas fazem com que um número cada maior de indivíduos viaje; além disso, a melhoria generalizada dos meios de transporte e a diminuição relativa dos custos, nomeadamente em relação ao automóvel e aos transportes aéreos, constituem, também, factores de importância decisiva na expansão do turismo.

Por outro lado, a melhoria generalizada da rede de infraestruturas favorece «o acesso às zonas turísticas pois reduz a duração do tempo de percurso» e é particularmente importante no desenvolvimento do turismo de *fim-de-semana* (cfr. OCDE, 1980).

Há, no entanto, que considerar outros fenómenos cujo significado tem vindo a assumir uma expressão cada vez maior. O crescimento da industrialização associado a índices de urbanização cada vez mais altos, tem gerado uma degradação progressiva da qualidade de vida nos grandes centros urbanos, provocando nas populações novas necessidades, nomeadamente em relação à ocupação dos tempos livres. É, aliás, neste domínio que, de uma forma geral, a difusão da informação e, de uma forma particular, a publicidade, têm uma função decisiva na escolha dos espaços turísticos, pois desenvolvem «o gosto pela mobilidade e atracção pelos países longínquos e exóticos, favorecendo deste modo o crescimento e as novas formas de turismo» (cfr. OCDE, 1980).

Por outro lado, o aumento generalizado da esperança de vida, associado à institucionalização da Segurança Social, permitem que cada vez mais um número maior de idosos viaje, facto particularmente importante já que permite, em parte, assegurar nas épocas baixas o funcionamento de numerosos estabelecimentos turísticos.

3 — O TURISMO EM PORTUGAL

Portugal não fica alheio à expansão que o fenómeno turístico manifesta, nomeadamente a partir dos anos 60 e sobretudo como país receptor. No entanto, só por meados da década de 70 um novo ciclo se abre, dando-se início a um novo ritmo de crescimento. Entre 1953 e 1963 o acréscimo dos turistas no país foi de 12%, enquanto na Espanha o aumento se cifrava em 20% e na Grécia era de 16% (cfr. CAVACO, 1980). Até ao início da década de 70, Portugal continua a ver aumentado, ainda que de uma forma lenta, o número de turistas estrangeiros que no país procuram espaços de lazer. A crise económica dos primeiros anos de 70 e as alterações políticas verificadas em Portugal geram uma quebra nos fluxos turísticos, mas, no entanto, já em meados desta década assiste-se a uma recuperação que será comprovada nos anos oitenta.

De facto, na última década, o número de turistas estrangeiros em Portugal apresenta um acréscimo significativo (Quadro 1 e Figs. 1 e 2).

Em 1980 registaram-se 6 977 045 indivíduos, enquanto em 1989 o total cifrava-se em 16 475 799, o que representa um aumento de 136,1%. Note-se, no entanto, que a evolução do número de dormidas indica algumas modificações na dinâmica dos fluxos turísticos, já que a variação do total de dormidas estrangeiras em Portugal é quase metade da anterior. Este facto poderá significar

QUADRO 1 — Número de turistas e dormidas, em todos os meios de alojamento, no Continente, 1980-1989

Anos	Total Est.	Var. (%)	Total Dorm.	Var. (%)
1980	6 977 045		23 131 000	
1981	7 277 022	4.3	28 406 000	22.8
1982	7 299 293	0.3	29 788 000	4.8
1983	8 874 995	21.6	32 067 000	7.6
1984	9 811 012	10.5	36 685 000	14.4
1985	11 691 714	19.2	41 801 000	13.9
1986	13 056 871	11.7	43 910 000	5.1
1987	16 173 276	23.9	47 778 000	8.8
1988	16 076 681	-0.59	50 471 000	5.6
1989	16 475 799	2.4	51 500 000	2.0
var. 80/89	9 498 754	136.1	28 369 000	122.6

Fonte: *Estatísticas do Turismo*, 1980 a 1989, INE, Lisboa.

que embora mais estrangeiros procurem, em Portugal, o local para passar férias, permanecem menos tempo no país. É de resto o que indicam as *Estatísticas*

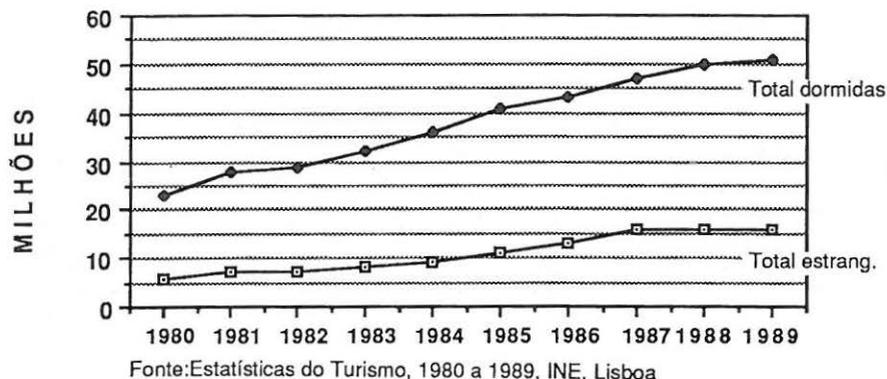


FIG. 1 — Evolução do número de dormidas e total estrangeiros no Continente (1980-1989).

do Turismo pois se em 1980 o número médio de dias que um estrangeiro permanecia no país era igual a 10,4, em 1987 passa a ser de 7,8 dias. Também a leitura da Fig. 3 e do Quadro 2, corroboram, de algum modo, este facto, já que a estada média dos turistas estrangeiros em Portugal, na hotelaria, tem

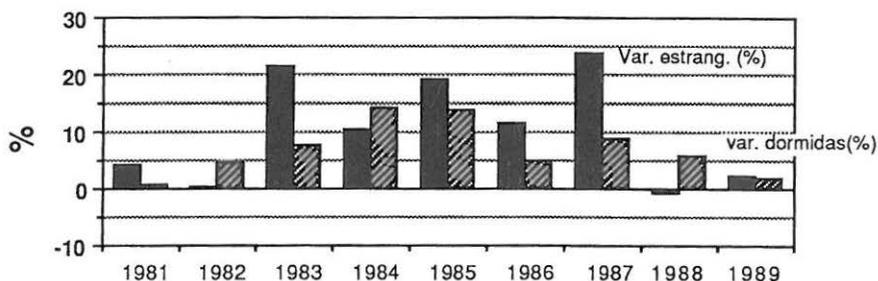


FIG. 2 — Variação do número de turistas no Continente (%) (1980-1989).

vindo a decrescer. Em 1980 permaneciam 5 dias enquanto em 1989 apenas ficam, em média, 4,1 dias.

Nos fluxos estrangeiros os mercados espanhol e inglês constituem os principais fornecedores dos que nos procuram, já que representam mais de 50% dos que visitam o país. Porém, em Portugal, outros fenómenos assumem particular importância, já que deles podem decorrer problemas que, em termos ambientais, venham a adquirir graves proporções no território nacional.

Em parte devido às suas condições climáticas a procura, em Portugal, caracteriza-se por uma grande sazonalidade e por uma forte assimetria

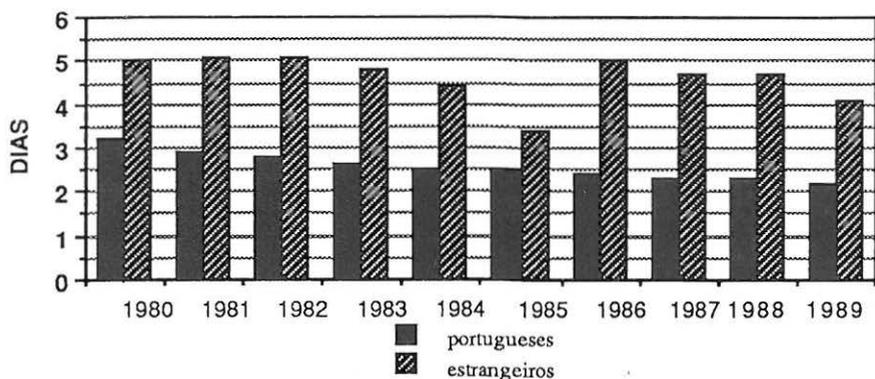


FIG. 3 — Evolução da estada média, na hotelaria, no Continente 1980-1989.

espacial. Estas circunstâncias provocam, quer grandes oscilações nas taxas de ocupação, quer relativamente ao investimento que, como se compreende, procura as áreas onde os fluxos tem maior pressão. Por exemplo, em 1989, o

QUADRO 2 — Estada média, na hotelaria, no continente, 1980-1989 (n.º de dias)

Anos	Portugueses	Estrangeiros
1980	3.2	5.0
1981	2.9	5.1
1982	2.8	5.1
1983	2.6	4.8
1984	2.5	4.4
1985	2.5	3.4
1986	2.4	5.0
1987	2.3	4.7
1988	2.3	4.7
1989	2.2	4.1

Fonte: *Estatísticas do Turismo*, 1980 a 1989, INE; Lisboa.

investimento no Algarve, e nesta região turística com particular incidência espacial no litoral, o total de investimento significou quase metade (48,9%) do total do Continente (Quadro 3).

Quanto aos fluxos nacionais, a primeira questão a reter passa pelo facto de, no último ano, apenas 28% da população portuguesa ter gozado férias fora

da sua residência habitual. Além disso, e também no caso dos portugueses, o litoral, ligado ao turismo balnear, é a região com maior capacidade atractiva o que pode aumentar as repercussões negativas em relação ao impacto ambiental do fenómeno turístico.

Em termos de difusão espacial o padrão que caracteriza a distribuição da actividade turística no país obriga a que se desenvolvam, com particular atenção, as políticas de planeamento e ordenamento do território, quer porque a distribuição deste fenómeno é particularmente assimétrica, quer porque pode vir a

QUADRO 3 — Investimento em diversos meios de alojamento, no Continente, 1989 (1 000 esc.)

NORTE	892 689
CENTRO	720 355
LISBOA E VALE DO TEJO	3 811 267
ALENTEJO	607 060
ALGARVE	5 760 151
CONTINENTE	11 791 689

Fonte: *Estatísticas do Turismo*, 1989, INE, Lisboa.

acentuar as disparidades que tradicionalmente tem caracterizado o desenvolvimento do país. É neste sentido que tem sido tomadas algumas medidas, embora ainda insuficientes, dentro das linhas políticas que definem as «Grandes Opções do Plano» e que se enquadram nas estratégias orientadas pela Comunidade Económica Europeia².

O Plano Nacional de Turismo, publicado em 1986, constitui outro importante instrumento já que define algumas linhas orientadoras conducentes a um desenvolvimento turístico que se pretende, por um lado, harmónico e, por outro, que permita que as populações assumam um papel cada vez mais activo.

4 — TURISMO E AMBIENTE: COMPLEMENTARIDADE OU ANTAGONISMO?

As relações entre a prática das actividades turísticas e a qualidade do ambiente, embora conhecidas de todos, só muito parcialmente estão avaliadas pelos vários intervenientes no fenómeno turístico e pelas próprias autoridades

² Refira-se, por exemplo, o SIFIT — Sistema de Incentivos Financeiros ao Investimento no Turismo.

responsáveis pelas políticas ambientais. Apesar da importância dos problemas que se levantam a este nível, a complexidade das relações e a diversidade de interesses entre a prática dum actividade de grande rentabilidade económica e a qualidade do ambiente fazem com que estas relações não estejam ainda totalmente estudadas em todas as suas implicações.

Se, por um lado, a prática do turismo se prende, regra geral, com um ambiente de qualidade, por outro, a prática do turismo e, sobretudo, a falta de ordenamento e de uma gestão racional dos espaços, leva, frequentemente, à degradação das condições ambientais, que pode atingir níveis que inclusivamente venham a pôr em causa a permanência desta actividade. Há no entanto a ter em atenção que, por vezes, são as próprias necessidades do turismo, em termos ambientais, que levam a políticas de conservação da natureza e da qualidade do ambiente, que mais não visam que a manutenção ou mesmo a criação, ainda que artificial, das condições propícias à prática de uma actividade de grande rentabilidade económica.

Segundo relatório publicado pela OCDE (1980), entre os factores que condicionam a escolha dos sítios para a prática do turismo, o carácter atractivo da paisagem, a qualidade do clima e as condições de pureza das águas e do ar ocupam os primeiros lugares, vindo apenas depois destes os factores de natureza económica e social.

Esta situação, válida em termos gerais, torna-se ainda mais determinante quando analisamos as actividades turísticas directamente ligadas às actividades de ar livre, caso do turismo litoral (balnear) e do turismo ligado aos desportos de inverno.

Parece não oferecer dúvida que são as condições ambientais e nomeadamente as climáticas que conferem ao litoral mediterrâneo características ímpares, tornando-o numa das principais áreas de procura e oferta turísticas a nível global. Ainda que em posição marginal, é no contexto da bacia mediterrânea e das suas características ambientais que deve ser entendida a grande maior parte da actividade turística do nosso país, marcada pelo forte predomínio do turismo balnear litoral e pelo carácter sazonal que lhe está associado.

O conjunto de actividades praticadas durante o período de férias de Verão e sobretudo aquelas que se ligam ao mar e à praia implicam determinadas condições climáticas entre as quais assumem particular relevo a ausência de precipitação, a insolação, as temperaturas elevadas e o vento não muito forte.

Apesar deste tipo de actividades turísticas não se traduzir apenas pela permanência das pessoas nas praias, já que aqui se incluem deslocações, normalmente curtas, para outros espaços e com outros objectivos que não os simples banhos de sol e de mar, não há dúvida que são precisamente o Sol e o Mar

os grandes catalizadores desta actividade. Assim, para além de beleza das paisagens³, das condições de pureza do ar e da água, da riqueza histórico-monumental das regiões e do seu valor em termos etnográficos, marcados sobretudo através do artesanato e da cozinha regionais, será de atribuir um particular significado ao clima no contexto das condições ambientais requeridas pela prática do turismo.

Em termos muito gerais pode dizer-se que o clima regional constitui um importante factor de atracção turística. O clima, ou talvez melhor, a sucessão de tipos de tempo que o constituem, apresenta-se como um recurso natural renovável cujas grandes particularidades advêm da sua variabilidade espacial e temporal (sobretudo sazonal) e do facto de se tratar de um recurso não transportável nem armazenável, portanto um recurso que apenas pode ser consumido no local e no tempo oportuno (J. P. BESANCENOT, 1990).

Além disso, como qualquer outro recurso natural, «participa da contingência inerente a tudo o que diz respeito ao homem» (J. P. BESANCENOT, *op. cit.*, p. 5), dependendo o seu valor, tanto das condições fisiológicas de cada um dos homens como, sobretudo, dos modelos psicológicos, sociais e culturais que em cada momento se formam na cabeça das pessoas⁴. Dito doutra forma, o clima, enquanto recurso, apenas adquire todo o seu valor quando revestido da sua dimensão simbólica. Esta dimensão, que não é a mesma para todos os grupos humanos e que não é imutável ao longo do tempo, resulta de complexos processos de construção, entre os quais assume particular e decisivo relevo a publicidade diariamente debitada nos órgãos da comunicação social pelos operadores turísticos.

Assim, e apesar da enorme importância das condições climáticas, torna-se particularmente difícil, ou pelo menos será necessário uma enorme prudência no estabelecimento de critérios que, com base em valores de elementos climáticos, permitam avaliar as potencialidades turísticas desta ou daquela

³ Ao inventariarem as potencialidades turísticas do Baixo-Mondego, F. REBELO *et al.* (1990), mostram a importância da riqueza do Património Natural e da diversidade paisagística no potenciar da actividade turística desta região, que atinge, já um grande desenvolvimento no seu Litoral.

⁴ Um dos melhores exemplos é apresentado pelo próprio BESANCENOT (p. 16), ao contrapor à obstinada procura de Sol e de uma pele bronzeada, apanágio dos tempos recentes, o «elogio do pó de arroz» característico da segunda metade do século XIX, quando as senhoras, apesar de frequentarem as estâncias de veraneio, procuravam manter a pele branca e diáfana protegendo-se com a sombrinha do menor raio de Sol.

Mesmo actualmente parece registar-se, ainda que não tanto com base em razões de natureza socio-cultural mas com razões que se prendem mais com valores de natureza médico-sanitária, uma diminuição acentuada do «culto do bronzeado».

área. No entanto, as tentativas para estabelecer as vocações ou as aptidões para o turismo com base nas condições climáticas regionais ou locais são frequentes (ver, a propósito, BESANCENOT, *op. cit.*, pp. 27 e segts.), mesmo no nosso país (A. B. FERREIRA, 1983), onde os estudos de climatologia aplicada pouca atenção têm merecido por parte dos geógrafos, pelo menos até ao momento.

Com base em índices construídos através dos valores normais ou com base em tipos de tempo definidos através das combinações diárias dos elementos atmosféricos, as tentativas para determinar as aptidões deste ou daquele sítio têm sempre em atenção as exigências em termos climáticos dos turistas. Estas assentam em quatro pontos fundamentais:

— Segurança em relação às catástrofes naturais de natureza climática e aos riscos de doença relacionados com valores extremos do clima;

— Conforto, tanto do ponto de vista térmico como higrométrico, em relação com as necessidades fisiológicas dos organismos humanos e a sua resposta perante as condições climáticas ambientais;

— Carácter agradável do clima, que tem, como é óbvio, um carácter fortemente subjectivo;

— Condições atmosféricas específicas requeridas para a prática de determinados tipos de desporto intimamente associados ao fenómeno turístico, como é o caso da existência de vento para a prática do «surf».

Para além dos elementos climáticos responsáveis pelas condições atrás referidas, assume um particular relevo a variabilidade das condições de tempo e, conseqüentemente, a garantia de manutenção de boas condições climáticas que cada região pode oferecer.

Em relação ao caso português e ao seu espaço litoral, ainda que de um modo geral se registem, durante os meses de Verão, condições climáticas favoráveis para a prática do turismo, a verdade é que são sentidas diferenças bem marcadas entre as condições que se registam nas costas ocidental e meridional, que aliás se repercutem directamente no volume desta actividade (ver, por exemplo, quadro 3). Das diferentes aptidões climáticas para o turismo das costas ibéricas nos dá conta o próprio J. P. BESANCENOT (*op. cit.*, figs. 27, 31 e 35). Para marcar essa diversidade no espaço litoral português podem ser utilizados vários dos métodos propostos por este autor, desde a utilização dos valores de um elemento climático de grande significado para esta actividade, como acontece com a insolação (Fig. 4-B), até à utilização de índices como o de N. E. DAVIS (1968), que relaciona os valores da temperatura, insolação e precipitação (Fig. 4-A).

Demonstrada a importância das condições climáticas na escolha das regiões turísticas, importa agora uma descida ao pormenor para destrinçar os factores que, dentro de regiões com condições climáticas sensivelmente análogas (caso do Algarve, por exemplo), levam à escolha dos sítios turísticos propriamente ditos. Para além dos factores de natureza sociológica (o prestígio de cada uma das estâncias turísticas é, como foi já referido, extremamente importante) e

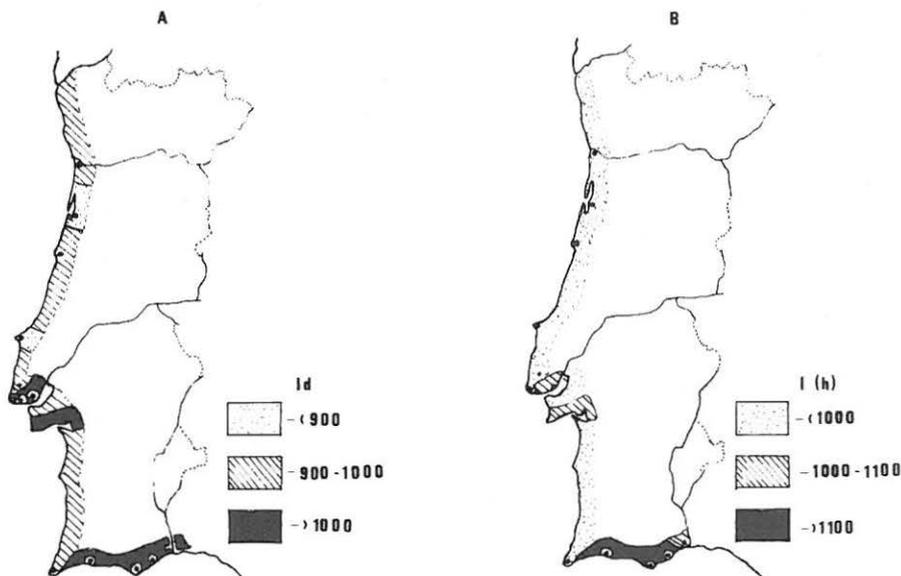


FIG. 4 — Potencialidades turísticas em termos climáticos do Litoral português. A — Índice estival de N. E. DAVIES (1968), citado por J. P. BESANCENOT (1990); o índice (Id) é dado pela fórmula $Id = 18 Tx + 0,217 I - 0,276 P + 320$, em que Tx é a temperatura máxima média do trimestre Junho-Agosto, I a insolação total em horas desse mesmo trimestre e P a precipitação total nesse período. B — Insolação total, em horas, do trimestre Junho-Agosto.

económica, jogam agora um papel determinante outros elementos ambientais, como é o caso do valor estético da paisagem, do grau de poluição, do grau de concentração de pessoas e do *stress* daí decorrente, dos valores etnográficos e culturais de cada um dos locais, etc.

Mesmo no caso do turismo balnear de veraneio, estes elementos são importantes, dadas as relações de complementaridade que se registam entre as praias, principais motores da actividade turística, e as áreas urbanas e rurais que as envolvem e que dão resposta às necessidades em termos lúdicos, sociais e culturais dos turistas.

Se a prática do turismo implica um ambiente com um certo grau de qualidade, quer ao nível dos seus elementos físico-naturais, quer ao nível dos seus

elementos económicos, sociais e culturais, não é menos verdade que a prática desta actividade, o desenvolvimento das infra-estruturas que com ela se relacionam e o carácter sazonal de que normalmente se reveste, associado a uma má gestão do espaço ou mesmo à total falta de ordenamento, fazem com que as agressões sobre o ambiente sejam frequentes e repetidas, pondo em causa as condições ambientais de espaços, ecossistemas e paisagens que, apesar da sua riqueza, são extremamente frágeis, como acontece com a generalidade das regiões litorais.

Sem pretendermos a exaustão, enumeram-se os principais impactos negativos sobre o ambiente, decorrentes, directa ou indirectamente, da prática da actividade turística no litoral:

— poluição das águas, ligada a uma sobrecarga das infra-estruturas de saneamento urbano que, quando existem (!) foram, em regra, planeadas tendo em vista as necessidades das populações locais e não tendo em conta o rápido crescimento da actividade turística e, sobretudo, a concentração de população registada na época alta, pelo que é comum verificarem-se descargas directas para os rios e o oceano;

— poluição através da acumulação de lixos, particularmente em espaços verdes e espaços florestais muito procurados para piqueniques, campismo selvagem e outras actividades de ar livre;

— poluição acústica, ligada particularmente ao uso de veículos motorizados;

— modificação, nem sempre previamente calculada, das linhas de costa, resultantes da instalação ou ampliação de instalações portuárias de grande envergadura;

— degradação, ou pelo menos a redução progressiva dos espaços naturais e agrícolas (REN e RAN)⁵, transformados em espaços urbanos de utilização turística;

— destruição directa ou indirecta da vegetação arbórea e sobretudo da vegetação arbustiva e herbácea que constituem o sub-bosque, dada a intensa utilização dos espaços florestais próximos do Litoral. Assume também um particular significado a destruição, ainda que parcial, da vegetação dunar e em especial da duna primária, motivada pela intensa utilização das praias e dos seus acessos, pelas implicações que esta destruição pode ter na própria dinâmica dunar e, conseqüentemente, na dinâmica costeira;

— destruição directa ou indirecta da fauna, com especial destaque para a fauna aquática;

— degradação geral das paisagens e dos sítios e monumentos históricos;

⁵ Reserva Ecológica Nacional e Reserva Agrícola Nacional.

— elevada concentração de população, gerando engarrafamentos vários e situações de *stress*;

— modificação temporária dos modos de vida das populações locais, com geração de conflitos, quer com os turistas, quer mesmo dentro das próprias comunidades locais.

No entanto, nem sempre a actividade turística se traduz numa degradação acentuada das condições ambientais, podendo inclusivamente funcionar como motor para políticas de conservação ou mesmo de recuperação da natureza e do ambiente.

Assim, por um lado, o turismo enquanto actividade económica pode fornecer receitas regionais e locais que sirvam de argumento para a exclusão, dos espaços com vocação turística, de outras actividades económicas eventualmente mais lesivas das condições ambientais. São exemplos algumas indústrias extractivas ou indústrias transformadoras pesadas que, por condicionalismos que lhe são inerentes, escolhem, muitas vezes, para a sua instalação, espaços com forte aptidão turística, como é o caso das regiões litorais.

Por outro lado, as necessidades de boas condições ambientais para a prática de um turismo de qualidade tem levado as entidades responsáveis pelas políticas ambientais a desenvolver estratégias de protecção que, apesar de motivadas por razões de natureza essencialmente económica, acabam por traduzir-se por melhoria acentuadas nas condições ambientais. É talvez dentro desta linha de acções que se inserem muitas das medidas de natureza ambiental que têm sido tomadas recentemente no litoral do nosso país, desde a demolição de construções clandestinas sobre a linha de costa, até à recuperação de espaços verdes ou mesmo à preocupação crescente que se tem vindo a registar em relação às pedreiras e areiros que se instalam no Litoral, como acontece com as pedreiras das Serras da Arrábida e da Boa Viagem.

CONCLUSÕES

As inúmeras questões que atrás foram levantadas poder-se-ão resumir assim: que estratégias se deverão aplicar para uma utilização correcta dos espaços turísticos como factor de desenvolvimento económico?

A resposta passa por um conjunto de soluções que convergem na resolução dos problemas resultantes da especulação imobiliária, na resolução dos conflitos sociais entretanto criados e, essencialmente, na resolução dos problemas levantados em termos ambientais.

Enumerámos algumas das exigências ambientais para a prática do turismo, bem como os principais impactos negativos e positivos que esta actividade pode ter na qualidade do ambiente. Com esta enumeração pretendemos mostrar o elevado grau de complexidade de que se revestem as relações turismo/ambiente.

Dentro destas relações a principal ideia de força é a de que o ambiente é um bem perecível que está a ser progressivamente consumido pela actividade turística. Ora, a preservação da qualidade do ambiente e a preservação de espaços naturais não poluídos assume no mundo de hoje, que assiste a um crescimento desenfreado da industrialização e da urbanização, uma particular importância.

A esta posição de defesa das condições ambientais poder-se-ão contrapor, e normalmente contrapõem-se, as vantagens económicas da actividade turística ainda que realizada com graves consequências para aquelas.

Com efeito, e como referimos, o crescente incremento da actividade turística que tem sido levado a efeito pela administração da generalidade dos países mediterrâneos e também do nosso país tem como uma das principais vantagens económicas a entrada de divisas que contribuem decisivamente para minorar os «deficits» das suas balanças comerciais. Além disso, esta actividade, sobretudo pelo capacidade de gerar emprego, apresenta-se como um importante meio de revalorização das áreas periféricas, nomeadamente, as litorais em que as actividades tradicionais, como por exemplo a pesca artesanal, estão em forte declínio.

Assim, tanto ao nível dos países como ao nível das regiões em que as condições naturais e a qualidade do ambiente propiciam o desenvolvimento do turismo, o dilema turismo/ambiente pode equacionar-se do modo seguinte:

Incrementar a actividade turística, ainda que tal signifique uma certa degradação da qualidade do ambiente, ou dar prioridade à conservação da natureza e à preservação das condições ambientais, renunciando às vantagens económicas do turismo?

Este dilema/problema assume um particular significado nos países ou nas regiões de mais fraco desenvolvimento económico (algumas regiões litorais, regiões de montanha) onde a qualidade ambiental e o interesse em termos turísticos são maiores. Daí a enorme necessidade de conciliar os interesses económicos do turismo com os interesses ambientais, até para evitar o recurso a outras soluções que, visando igualmente o desenvolvimento económico, sejam muito mais agressivas sobre o ambiente que o próprio turismo. No entanto, esta conciliação de interesses, que passa em primeiro lugar por políticas de planeamento e ordenamento do território e pela definição de um volume para a actividade turística de acordo com as características do espaço em que

estas actividades se implantam, coloca problemas vários nem sempre de fácil solução.

Em primeiro lugar, põe-se a questão da posição assumida pelas populações directamente envolvidas e interessadas no processo, que raramente têm uma posição unânime. De um lado está a população que vive do turismo, os operadores turísticos, os grandes construtores e especuladores imobiliários, ou os simples empregados de mesa, que visando alcançar benefícios a curto prazo, são adeptos do «turismo de massas». Do outro lado está a população normalmente dedicada a actividades tradicionais, os grupos ecologistas e muitas vezes os próprios turistas. Estes, frequentemente, advogam travões nos processos de desenvolvimento turístico no sentido de impedir a degradação do ambiente que, não sendo muitas vezes perceptível a curto prazo, acaba por produzir os seus efeitos a médio e a longo prazos.

Em segundo lugar põe-se o problema dos agentes responsáveis por estas duas facetas do problema. A generalidade das actividades ligadas ao turismo pertencem, em regra, ao sector privado da economia que visa a obtenção de lucros a curto prazo, enquanto que a defesa ambiental e a conservação da natureza caem, em regra, na alçada do sector público e mesmo do sector governamental. Este deverá ter em conta os efeitos, a prazo, das actividades turísticas, contabilizando aquilo que o sector privado raramente contabiliza: o valor das agressões sobre o ambiente. Por outro lado, as autoridades públicas deverão ter sempre em atenção que determinados elementos ambientais (paisagens, matas, monumentos) poderão ter um valor incontabilizável, impondo-se a sua preservação independentemente do valor das actividades turísticas.

A não serem acauteladas medidas que permitam um certo equilíbrio entre a qualidade do ambiente e a prática turística, num mundo cada vez mais aberto, mais pequeno e em que a população, devido ao aumento generalizado dos padrões culturais, se torna cada vez mais exigente, verificar-se-á, pelo menos nas regiões em que as situações de degradação ambiental se tornem mais graves, aquilo que é conhecido pelo fenómeno de «destruição do turismo pelo turismo».

Dá que pensemos ser importante a enumeração de algumas medidas com vista à resolução gradual de um problema que, característico de toda a bacia mediterrânea, é já particularmente sentido no nosso país. Cabendo aos órgãos de governo a nível nacional, regional e local a maior parte da responsabilidade pelas políticas ambientais, deverão ser essas autoridades a impulsionar e mesmo a implantar as medidas que aqui se preconizam para áreas chave de intervenção, de forma a que o desenvol-

vimento da actividade turística se desenvolva dentro dos seguintes principais orientadores:

— Lançamento de estudos com vista ao conhecimento das potencialidades turísticas, da estrutura do fenómeno turístico e ainda dos impactos desta actividade sobre o ambiente. A generalidade dos estudos publicados sobre estas matérias têm em vista a promoção da actividade turística em determinadas regiões sendo, em regra, obras de divulgação sem grande credibilidade do ponto de vista do rigor científico de que se revestem.

— Canalização de uma parte do rendimento do turismo para estudos e outras tarefas directamente ligadas à conservação da natureza e à preservação da qualidade do ambiente.

— Articulação entre as políticas ambientais e as políticas de ordenamento e planeamento do território definidas a nível nacional ou regional e a sua implementação de acordo com as necessidades de conservação a nível local.

— No caso do turismo balnear litoral, deve ser dada particular atenção às áreas florestais e não florestais que se encontram para o interior e que mantêm com as praias uma relação de forte complementaridade.

— Obrigatoriedade de realização de estudos de avaliação de impacto ambiental para acompanhamento de projectos de infra-estruturas de grande porte, ou de instalação de grandes unidades industriais ou mesmo comerciais.

— Necessidade de alertar os operadores turísticos para as vantagens de diversificação espacial das actividades turísticas, permitindo a (re)valorização de alguns sítios e estâncias turísticas, através da criação das infra-estruturas adequadas (casos das termas, de alguns espaços rurais especiais pela sua beleza, de algumas praias, etc.), o que se inscreve nas orientações de diferentes programas de desenvolvimento. Mas devem também ser alertados e sensibilizados no sentido de contribuir para melhorar a qualidade de vida da população portuguesa e para a protecção e revalorização do património cultural. Além disso é necessário estender esta actividade para além dos habituais dois meses de Verão, de acordo com o mecanismo conhecido pela designação de «férias repartidas». O objectivo fundamental desta diversificação será o de evitar ou reduzir as enormes concentrações de população, aliviando a carga sobre o ambiente ao mesmo tempo que será possível proporcionar uma maior qualidade à actividade turística.

BIBLIOGRAFIA

- AVOCAT, Charles (1981) — «Espaces protégés... Espaces conservés?». *Revue de Géographie de Lyon*, 56 (31), pp. 227-230.
- BECET, J. M. (1987) — *L'aménagement du littoral*. PUF. Paris.
- BESANCENOT, J. P. (1990) — *Climat et tourisme*. Masson, Coll. Géographie, Paris.
- BESANCENOT, J. P., MOUNIER, J. e LAVENNE, F. (1978) — «Les conditions climatiques du tourisme littoral: une méthode de recherche compréhensive». *Norois, Poitiers*, 99, pp. 357-382.
- CAVACO, Carminda (1980) — «O turismo em Portugal: aspectos evolutivos e espaciais». *Estudos Italianos em Portugal*, pp. 40-42.
- CAZES, G. (1987) — «La Géographie du tourisme: réflexion sur les objectifs et les pratiques en France». *Annales de Géographie*, 96.
- CEE (1987) — *A Comunidade e a protecção do ambiente*. Dossier da Europa, n.º 5/87.
- (1987) — *Política Europeia do Ambiente*. Comité Económico e Social, Bruxelas.
- Conseil Supérieur du Tourisme (1987) — *Développement touristique et protection du patrimoine*. Paris.
- CRAVIDÃO, Fernanda D. (1989) — «Turismo e desenvolvimento — O distrito de Coimbra, 1980-87». *Arunce, Lousã*, 1, pp. 37-63.
- ELSASSER, Hans e LEIBUNDGUT, Hans (1983) — «La contribution d'activités touristiques et non touristiques au développement endogène des régions alpines». *Revue de Géographie Alpine*, Grenoble, LXVII (3), pp. 259-272.
- FERREIRA, A. Brum (1983) — «Ambiência atmosférica e recreio ao ar livre». *Biblos, Coimbra*, LIX, pp. 136-160.
- FORNEAU, Francis (1985) — «Rôle du tourisme et des loisirs dans la nouvelle organisation de l'espace en Andalousie». *Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest*, Toulouse, 56, pp. 275-288.
- HEURTIER, R. (1968) — «Essai de climatologie touristique synoptique de l'Europe Occidentale et Méditerranéenne pendant la saison d'été». *La Meteorologie*, Paris, pp. 71-107 e 519-566.
- MATHIESON, A. e WALL, G. (1987) — *Tourism: economic, physical and social impacts*. New York.
- MARTINS, António C. (1990) — *A política de ambiente da Comunidade Económica Europeia*. Coimbra.
- MICHAUD, Jean-Luc (1983) — *Le tourisme face à l'environnement*. Paris, P.U.F.
- (1984) — «L'aménagement touristique et ses rapports avec l'environnement». *Bull. Assoc. Géogr. Français*, 501, pp. 55-69.
- MIOSSEC, Jean-Marie (1976) — «Eléments pour une théorie de l'espace touristique». *Les Cahiers du Tourisme*, 36, Aix-en-Provence.

- MIOSSEC, Jean-Marie (1977) — «L'image touristique comme introduction à la Géographie du Tourisme». *Annales de Géographie*, 473, pp. 55-69.
- MIRLOUP, Joel (1987) — «Les grandes zones de tourisme culturel: définition et problèmes de saturation». *Méditerranée*, 4, pp. 5-17.
- OCDE 1980) — *L'impact du tourisme sur l'environnement*. Paris.
- PASKOFF, R. (1985) — *Les littoraux. Impact des aménagements sur leur évolution*. Masson, Paris.
- PEARCE, Douglas (1987) — *Tourism today: a geographical analysis*. New York.
- RAFFESTIN, Claude (1986) — «Nature et Culture du Lieu Touristique». *Méditerranée*, 3, pp. 11-17.
- REBELO, F., CUNHA, L. e ALMEIDA, A. C. (1990) — «Contribuição da Geografia Física para a inventariação das potencialidades turísticas do Baixo-Mondego». *Cadernos de Geografia*, Coimbra, 9, pp. 3-34.
- RENARD, Jean (1984) — «Le tourisme: agent conflictuel de l'utilisation de l'espace littoral em France». *Norois*, Poitiers, 121, pp. 45-61.
- SALGADO, Manuel (1988) — «Turismo e ambiente — Uma contradição insanável». *1.ª Conferência Nacional sobre a qualidade do ambiente*, Aveiro, 3, pp. 937-948.